

os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Silvip — Sociedade Gestora do Fundo de Valores e Investimentos Prediais (Fundo VIP), S. A., em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

Lisboa, 15 de Março de 2006. — Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Maria Ribeiro da Cunha, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

1 — Tal como se encontra determinado por lei e conforme o mandato que nos foi atribuído, o fiscal único submete à vossa apreciação o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentadas pelo conselho de administração da Silvip — Sociedade Gestora do Fundo de Valores e Investimentos Prediais (Fundo VIP), S. A., em relação ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2005.

2 — No ano anterior procedemos à revisão das contas e elaborámos, igualmente, o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.

3 — No decorrer do exercício de 2005, acompanhámos com regularidade a evolução da actividade da empresa e procedemos às verificações contabilísticas indispensáveis ao desempenho das funções que nos estão cometidas, obtendo-se para o efeito, quer da administração quer dos serviços, o necessário apoio.

4 — O critério valorimétrico adoptado para os bens do imobilizado corpóreo foi o do custo de aquisição, sendo as amortizações calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos estando correcto os registos contabilísticos.

5 — Foi constituída a provisão para o custo correspondente às férias e respectivo subsídio, vencidas e pagáveis no ano seguinte.

6 — Ao abrigo do aviso do Banco de Portugal a Silvip, S. A., em viou àquela instituição a situação analítica, elaborada segundo as normas estabelecidas no plano de contas para o sistema bancário, a qual foi regularmente analisada.

7 — Após procedermos à análise das demonstrações financeiras da Silvip, S. A., é nossa opinião que as mesmas reflectem adequadamente a situação financeira da sociedade em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado das operações realizadas ao longo do ano de 2005, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, para o sector bancário em Portugal,

8 — Cumpre-nos referir que o relatório do conselho de administração está conforme com os requisitos legais e estatutários aplicáveis e esclarece devidamente os critérios de gestão adoptados, sendo de salientar que o Fundo VIP continua a deter uma posição relevante no mercado e a proporcionar aos investidores uma apreciável rentabilidade, no contexto actual de juros prevalecente no mercado.

9 — Desta forma, somos de parecer que a assembleia geral deverá:

- 1) Aprovar o balanço em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados para o período anual terminado nessa data e o correspondente relatório do conselho de administração;
- 2) Aprovar a proposta de distribuição e aplicação de resultados;
- 3) Aprovar um voto de louvor e apreço ao conselho de administração pela forma diligente e eficaz como continua a conduzir a actividade da Silvip, S. A.

Lisboa, 15 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Maria Ribeiro da Cunha, revisor oficial de contas.

Extracto da acta n.º 21 da assembleia geral

(...) que se realizou na sua sede social, sita na Avenida Fontes Pereira de Melo, 6, 5.º, em Lisboa, pelas 11 horas do dia 21 de Março de 2006.

(...) O presidente da mesa da assembleia geral recordou os presentes que as contas apresentam um resultado positivo de 903 021,72 euros e que o parecer do revisor oficial de contas da sociedade fora no sentido da assembleia geral aprovar o relatório e os documentos de prestação de contas apresentados pelo conselho de administração (...)

Consultados os presentes e uma vez que nenhum solicitou a votação separada do relatório do conselho de administração, contas do exercício, parecer do fiscal único (...) foram aqueles documentos postos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

(...) O presidente da mesa recordou que do relatório de gestão anteriormente aprovado consta já a proposta de aplicação de resultados mas que, por imperativo legal, se tornava necessária a votação específica da mesma, pelo que a submeteu à assembleia geral.

Antes, porém, recordou que o parecer do fiscal único é no sentido da aprovação daquela proposta de distribuição e aplicação de resultados.

Como nenhum accionista tivesse querido usar da palavra, foi a proposta posta à votação e aprovada por unanimidade (...)

(...) Foi deliberado pelo conselho de administração submeter à aprovação da assembleia geral uma proposta de distribuição aos accionistas de reservas livres, pelo montante de 600 000 euros.

Posta à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

(...) decorrente da saída do Dr. Costa Leal, foi designado, em sua substituição, pelo Montepio Geral — Associação Mutualista, e nomeado por cooptação, o Dr. Virgílio Lima, que iniciou as suas funções a 26 de Outubro de 2005.

Nos termos do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, é submetida à ratificação da presente assembleia a cooptação acima referida.

Posta à votação, foi a ratificação do Dr. Virgílio Lima como administrador aprovada por unanimidade (...)

Pela Administração, (*Assinatura ilegível.*)

3000205037

SPGM — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, S. A.

Relatório e contas de 2005

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Instituto de Turismo de Portugal — ITP, representado por Maria José Martins Catarino.

Vice-presidente: Banco Santander Totta, S. A.

Secretário: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI, representado por Ana Francisca Gomes Ferreira Abrantes.

Conselho de administração:

Presidente: José António Ferreira de Barros.

Vogais:

José Fernando Ramos de Figueiredo.

Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda.

Conselho fiscal:

Presidente: Daniel Bessa Fernandes Coelho.

Vogais:

Sónia Maria Henriques Godinho Pinheiro.

Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho.

Revisor oficial de contas suplente: Armando Luís Vieira de Magalhães.

Relatório do conselho de administração

Introdução

No ano de 2005 a SPMG manteve um perfil de actividades semelhante ao verificado no ano anterior, continuando o desenvolvimento da segunda fase de evolução do sistema nacional de garantia mútua, iniciada com a constituição das três primeiras sociedades de garantia mútua — SGM em 2003.

Como é sabido, desde a constituição das SGM a sociedade deixou de emitir garantias em favor de PME e tem vindo a dedicar uma atenção crescente a uma série de actividades e funções que caracterizam agora o seu dia-a-dia, em especial a gestão do Fundo de Contragarantia Mútua, a dinamização do Sistema de Garantia Mútua português e o aperfeiçoamento das condições de laboração do seu centro de serviços partilhados, que assegura o *back office* a todas as entidades do sistema nacional de garantia mútua.

A titularidade de uma carteira de garantias ainda vivas, emitidas ainda ao longo da primeira fase de vida do sistema — a chamada fase piloto — em que a SPMG mantinha funções próprias de emissão de garantias, semelhantes às de uma verdadeira sociedade de garantia mútua, tem continuado a exigir que se dedique uma especial atenção ao acompanhamento da mesma.

Tal tem permitido, em conjunto com algum abrandamento das condições de adversidade em que muitas empresas mutualistas têm vindo a operar, manter em níveis controlados os valores de garantias executadas. Em 2005, foram contabilizados pagamentos de garantias totalizando 4,7 milhões de euros, valor inferior ao registado no ano anterior em cerca de 2 milhões de euros. O valor das responsabilidades vivas da sociedade em 31 de Dezembro de 2005 era de 36,6 milhões de euros, cobertos pelo Fundo de Contragarantia Mútua — FCGM em 23 milhões de euros. O saldo de garantias regista uma diminuição de 17,4 milhões de euros face a 2004, uma vez que a carteira de responsabilidades não é renovada.

Enquadramento macroeconómico

De acordo com as previsões de um conjunto alargado de peritos ligados às principais organizações internacionais, tais como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e a Comissão Europeia, a taxa de crescimento do PIB global deverá ser de, aproximadamente, 4,3% em 2005, criando-se boas expectativas para um crescimento económico sustentado em 2006.

Os indicadores divulgados em Dezembro vieram confirmar uma boa performance das principais economias mundiais, ainda que com ritmos distintos entre as várias regiões.

QUADRO 1

Taxa de crescimento do PIB

	(Em percentagem)				
	2003	2004	2005p	2006p	2007p
Área euro	0,8	1,8	1,4	2,0	2,2
Japão	1,4	2,7	2,4	2,0	2,0
Estados Unidos	2,7	4,2	3,6	3,5	3,3
OCDE	2,2	3,4	2,7	2,9	2,9
Portugal	-1,3	1,2	0,8	1,0	1,8

Fonte. — OCDE.

QUADRO 2

Taxa de desemprego

	(Em percentagem)				
	2003	2004	2005p	2006p	2007p
Área euro	8,8	8,9	8,7	8,4	8,1
Japão	5,3	4,7	4,4	3,9	3,5
Estados Unidos	6,0	5,5	5,1	4,8	4,7
OCDE	7,1	6,7	6,5	6,3	6,0
Portugal	6,4	6,7	7,5	7,8	7,7

Fonte. — OCDE.

QUADRO 3

Taxa de inflação

	(Em percentagem)				
	2003	2004	2005p	2006p	2007p
Área euro	2,1	1,9	1,8	1,7	1,9
Japão	-0,2	-1,2	-1,1	-0,1	0,6
Estados Unidos	2,3	2,1	2,7	2,5	2,3
OCDE	1,8	2,0	2,1	1,9	1,9
Portugal	3,3	2,5	2,1	2,4	2,1

Fonte. — OCDE.

Estados Unidos da América

A economia americana continua a apresentar sinais bastante positivos, tendo visto a sua produção aumentar a ritmos sustentados, em simultâneo com um acentuado crescimento da produtividade, estabilidade dos preços e medidas de estímulo orçamental e monetário. A persistência de muitos destes factores, conjuntamente com o dinamismo intrínseco a esta economia, leva a augurar que a retoma se mantenha numa trajectória estável, não obstante os danos provocados pelas catástrofes naturais que têm fustigado o continente americano e o forte aumento do preço do petróleo.

No dia 13 de Dezembro, a reserva federal aumentou a taxa de referência dos *federal funds* em 25 pontos base para 4,25%, procedendo a um aumento de igual magnitude na taxa de desconto para 5,25%. Esta decisão foi justificada pela possibilidade de o aumento da utilização de recursos na economia e a manutenção dos elevados preços da energia poderem agravar as pressões inflacionistas, apesar de a inflação subjacente se manter a níveis relativamente baixos e as expectativas de longo prazo para a inflação permanecerem contidas.

O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, impulsionando a confiança dos consumidores, que aumentou em Dezembro.

Menos favorável é o comportamento da balança comercial, cujo défice atingiu em Outubro mais um máximo histórico, permanecendo ainda os riscos dos défices gémeos (orçamental e externo). Com efeito, os americanos continuam a comprar muito mais do que vendem ao resto do mundo, financiando-se à custa da injeção de capital vindo do estrangeiro, especialmente da Ásia.

Japão

Depois de ter marcado uma pausa no 2.º semestre de 2004, a actividade económica nipónica voltou a um crescimento vigoroso no primeiro semestre de 2005, não obstante a ocorrência de um conjunto de circunstâncias desfavoráveis.

O valor final para o crescimento do PIB foi revisto em baixa, o que se deveu apenas a um contributo da variação de existências menor do que o estimado anteriormente.

Os resultados do inquérito trimestral às empresas (Tankan) publicado pelo Banco do Japão para o último trimestre de 2005 sugerem uma melhoria na confiança dos empresários, quer no que se refere à situação actual, quer quanto às expectativas futuras.

Esta melhoria de índice de confiança também se faz sentir junto dos consumidores.

O mercado de trabalho, embora tenha vindo a apresentar uma evolução muito favorável, manifestou um ligeiro recuo no fim do ano. Este comportamento resultou da passagem de empregados por conta própria para a situação de desempregados, verificando-se uma estabilização quer do número de activos quer dos empregados por conta de outrem.

Em Outubro, o crédito bancário nipónico registou a primeira variação homóloga positiva em vários anos, de acordo com os dados do Banco do Japão.

Esta é mais uma indicação da retoma económica em curso e do esforço de reestruturação levado a cabo em anos recentes, tanto nas empresas como no sector bancário, onde se verificam importantes progressos na resolução do problema do crédito malparado.

Apesar dos dados serem encorajadores, representam apenas a primeira indicação de recuperação do crédito após uma década de contracção.

A confirmar-se, o aumento do crédito bancário será determinante para a inversão do processo deflacionista e a mudança da política monetária do Banco do Japão, que deverá ocorrer no próximo ano fiscal.

Zona euro

Após vários anos de estagnação, 2005 foi um ano de sinais tímidos de uma retoma na economia europeia. Esses sinais vieram da maior economia da União Europeia, a Alemanha, que evitou uma recessão em 2005, e alguns indicadores apontam para uma melhoria da actividade económica.

A recuperação da actividade será essencialmente suportada pelas exportações e pela formação bruta de capital fixo, devendo o consumo privado manter um crescimento moderado ao longo do horizonte de projecção.

Pela primeira vez desde há muito tempo, os economistas demonstram um certo entusiasmo para a zona euro, revendo em alta as suas previsões de crescimento.

Em 2006, a economia europeia deverá continuar a beneficiar de uma conjuntura externa favorável, devida ao grande dinamismo da actividade dos EUA e, mais ainda, da Ásia, prevendo-se assim um maior aumento das exportações.

Um crescente movimento de ordens de encomendas deverá levar a um aumento da confiança dos industriais europeus e, por conseguinte, incentivá-los a investir e a empregar. A redução esperada do desemprego irá com certeza repercutir-se positivamente na confiança das famílias e, consequentemente, nas suas decisões de consumo.

Será principalmente na Alemanha que será esperada a construção de um círculo económico virtuoso, no qual a procura interna se destaca. A economia alemã deverá beneficiar em 2006 de dois impulsos positivos específicos, que são o Campeonato Mundial de Futebol e as compras antecipadas por parte dos consumidores alemães perante o aumento da taxa de IVA em 1 de Janeiro de 2007.

No que diz respeito ao nível geral dos preços europeus, e perante sinais de crescimento de inflação nos países da moeda única, o BCE determinou, em Dezembro, uma subida das taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais para 2,25%, deixando o seu presidente antever que, ao longo de 2006, poderá haver mais subidas. Neste sentido, a maioria dos analistas espera que as taxas de juro subam mais 0,25 a 0,75 pontos percentuais.

Portugal**QUADRO 4**

Indicadores sobre a economia portuguesa

	2003	2004	2005p	2006p	2007p
Taxas de crescimento:					
PIB	- 1,2	1,2	0,4	0,8	1,2
Consumo privado	- 0,3	2,3	2,2	1,0	1,5
Consumo público	0,3	1,2	1,0	- 0,2	-
Investimento	- 9,9	1,3	- 2,4	0,3	2,3
Exportações	5,0	5,1	0,9	4,7	4,6
Importações	- 0,1	7,0	1,7	3,0	4,1
Contributo para o crescimento do PIB:					
Procura interna	- 2,6	2,0	1,1	0,7	1,5
Investimento	-	0,2	- 0,1	-	-
Procura externa líquida	1,5	- 1,0	- 0,4	0,2	0,2
Taxa de desemprego (percentagem)	6,3	6,7	7,4	7,7	7,8
Taxa de poupança (percentagem do PIB)	10,8	10,0	9,8	9,5	9,4
Taxa de inflação (percentagem)	3,3	2,5	2,2	2,7	2,2
Como percentagem do PIB:					
Balança comercial	- 8,4	- 9,7	- 10,9	- 11,2	- 11,1
Balança de transacções correntes	- 6,1	- 7,8	- 9,5	- 9,7	- 9,4
Balança de pagamentos	- 3,6	- 5,8	- 7,9	- 8,1	- 8,0
Défice público (percentagem do PIB)	- 2,9	- 3,0	- 6,0	- 5,0	- 4,8

Fonte. — Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2005*, Novembro 2005.

Em Portugal continua a viver-se um período de alguma estagnação, embora a economia portuguesa tenha mostrado os primeiros sinais de retoma no 1.º semestre de 2005, visíveis quer no comportamento da procura externa, quer das importações e do consumo privado (neste último caso, em parte pela antecipação de compras devido ao aumento de 2 pontos percentuais da taxa do IVA). Na segunda metade do ano, o consumo privado mostrou sinais de abrandamento, o investimento continuou com um comportamento negativo, no sector da construção e obras públicas e também noutros tipos de investimento empresarial.

A evolução dos preços do petróleo é responsável pelo abrandamento da procura externa, o que se tem reflectido na revisão em baixa generalizada das previsões do crescimento económico para 2005.

O crescimento do PIB deverá consolidar-se em 2006 e 2007 em Portugal, mas ficando aquém da média da zona euro, continuando a economia a operar abaixo do seu potencial, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho. Este crescimento deverá ter por base a procura externa, ainda que com perda de quota no mercado mundial, até porque a procura interna deverá apresentar um comportamento desfavorável devido aos seguintes factores: o consumo privado será prejudicado pelo aumento do desemprego; o consumo público, pela necessidade de consolidação orçamental; e o investimento, que continuará a tendência negativa do 2.º semestre de 2005.

O desemprego deve manter uma tendência de crescimento até 2007, com maior incidência na indústria. O elevado nível de desemprego deve permitir manter os custos salariais unitários sob controlo, contribuindo para aumentar a competitividade da economia.

A inflação apresentava-se em queda até meados de 2005, altura em que a alteração da taxa normal do IVA de 19% para 21%, provocou um efeito negativo sobre a mesma. Em 2006 e 2007, o efeito do aumento do IVA dever-se-á desvanecer e a ausência de qualquer pressão por parte da procura deverá contribuir para a continuação da desaceleração da inflação.

A consolidação orçamental continuará a ser o principal desafio da política económica. Após um importante aumento do défice, em 2005, mais evidente no 1.º semestre, provocado pelas despesas sociais e pela decisão do governo em cancelar receitas extraordinárias, é esperado uma redução nos próximos anos, como resultado de aumento de impostos, congelamento de despesas e reformas profundas no lado da despesa.

Em 2005, regista-se um aumento da receita fiscal, superior ao aumento das taxas de incidência aplicadas, o que indicia um aumento da eficiência da administração fiscal na cobrança de impostos. No lado da despesa, quer a despesa salarial, quer as despesas com a saúde, bem como o aumento do número de reformados, criam uma pressão para a subida. No entanto, esperam-se efeitos positivos do aumento dos

impostos especiais sobre o consumo, do corte dos benefícios fiscais, das alterações dos esquemas de reforma e de gestão da administração pública.

Não obstante o efeito positivo destas medidas sobre o défice, elas impedirão uma recuperação da procura interna e da poupança no curto prazo, a que acresce que o esforço social poderá não ser recompensado, uma vez que o reduzido crescimento pode anular o efeito destas medidas.

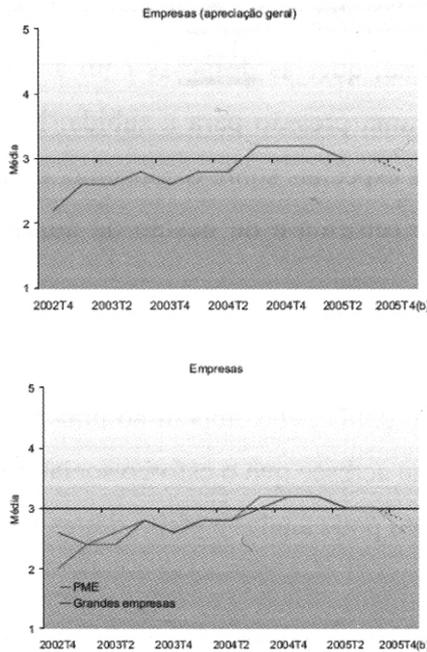
Para promover uma estratégia de crescimento para Portugal, o Governo apresentou recentemente o Plano Tecnológico, visando a criação de melhores condições para a inovação, apostando também

na qualificação e tecnologia, pretendendo-se criar condições para o aumento sustentado da produtividade a médio e a longo prazo.

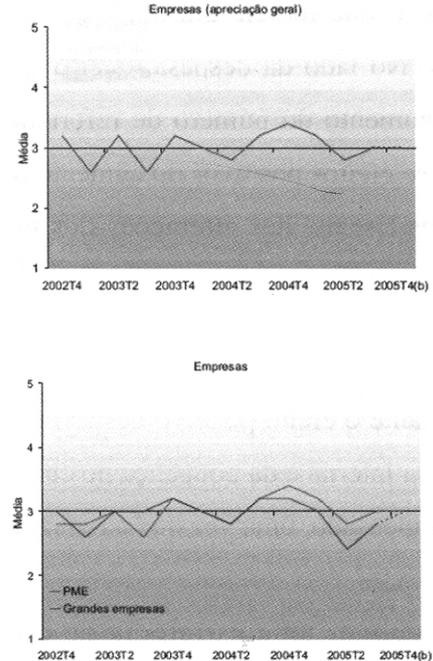
Mercado de crédito

Pela análise dos inquéritos aos Bancos sobre o mercado de crédito realizado pelo Banco de Portugal ao longo de 2005, podemos constatar uma evolução positiva da oferta de crédito no 1.º trimestre, com inversão desta tendência a partir daí, e uma evolução negativa ao nível da procura.

Oferta de crédito (a)



Procura de crédito (a)



(a) Evolução da oferta e procura de crédito a empresas in Inquérito aos Bancos sobre o mercado de crédito (Banco de Portugal, Outubro/2005).

No 1.º trimestre de 2005 registou-se uma tendência de menor restrição nos critérios de concessão de crédito, situação que decorre sobretudo de uma maior pressão concorrencial entre as instituições de crédito.

No entanto, uma percepção de risco acrescido, associado à actividade económica em geral, a certos sectores de actividade ou a empresas específicas, bem como o aumento do custo do capital e a existência de restrições de liquidez do balanço dos bancos, levaram a que esta tendência tivesse sido interrompida, mantendo-se a política de crédito estável nos 2.º e 3.º trimestres, sendo igualmente essa a expectativa para o 4.º trimestre. Estes factores contribuíram para duas tendências distintas ao longo do ano: por um lado a redução dos *spreads* praticados nas empresas e operações de risco médio e inferior, por outro, o aumento nos outros.

No 3.º trimestre, as instituições de crédito demonstraram alguma preocupação com a qualidade das garantias solicitadas no âmbito das operações de crédito, situação que poderá representar uma restrição no acesso ao crédito no futuro.

Ao nível da procura, ao longo do ano registou-se uma tendência de queda da procura de crédito, com excepção nas necessidades de financiamento para reestruturação de dívida. Há expectativas de que esta tendência de contracção da procura se mantenha.

Actividade da SPGM

O ano de 2005 permitiu à SPGM reforçar o seu papel de entidade fundamental para o funcionamento do Sistema de Garantia Mútua português. A SPGM continuou a dedicar uma atenção especial às tarefas inerentes à sua condição de sociedade gestora do Fundo de Contragarantia Mútua, quer do ponto de vista da gestão financeira do património que constitui este Fundo, quer quanto à gestão do risco global tomado pelo Sistema de Garantia Mútua, assunto directamente relacionado com sinistralidade global do sistema.

No exercício transacto, e até meados do ano, manteve-se no ar a segunda campanha de *marketing* global do produto garantia mútua, cujo sucesso foi grandemente reconhecido por um leque alargado de entidades.

A especialização da SPGM enquanto plataforma de serviços partilhados acentuou-se em 2005, para o que muito contribuíram os trabalhos de elaboração do manual de procedimentos da sociedade e a sua posterior entrada em funcionamento.

Nesta altura, a generalidade das actividades desenvolvidas pela SPGM estão devidamente cobertas em termos da definição de procedimentos estandardizados e eficientemente desenhados, permitindo assegurar um bom desempenho não só em processos próprios da sociedade, como, e sobretudo, naqueles que envolvem a prestação de serviços para as sociedades de garantia mútua. A implementação deste novo manual — que, em muitos casos, sistematiza práticas já anteriormente levadas a cabo — tem vindo a permitir uma notável melhoria na execução dos diversos procedimentos executados pela sociedade.

Este trabalho irá em breve ser estendido às próprias SGM, de modo a permitir uma articulação global de procedimentos, suportada no Sistema Integrado de Gestão — SIG, entretanto em fase final de operacionalização, ultrapassadas várias vicissitudes.

No ano transacto, a SPGM continuou envolvida nos trabalhos necessários à constituição da Agrogarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., entidade que permitirá a extensão da actividade do Sistema ao sector agro-florestal, no âmbito de uma iniciativa envolvendo também o Programa AGRO e o IFADAP.

Esta futura sociedade foi já autorizada pelo Banco de Portugal, encontrando-se, agora, o seu processo numa fase de agregação dos futuros accionistas para posterior marcação da escritura pública de constituição.

O facto de o número de accionistas fundadores ser superior a 100 entidades — sobretudo micro e pequenos empresários do sector — explica as demoras que o processo tem registado.

O ano de 2005 fica também marcado pela efectivação dos aumentos de capital das três sociedades de garantia mútua, em cada uma das quais para 6 milhões de euros. A possibilidade de poderem contar com este valor de capital social foi fundamental no sentido de permitir a disponibilização de fundos próprios mais adequados, indispensáveis para que as sociedades de garantia mútua possam emitir maiores volumes de garantias a favor das suas PME mutualistas. Estes processos de aumento de capital permitiram, ainda, que, desde então, passassem a estar representados no Sistema de Garantia Mútua todos os principais bancos portugueses, nomeadamente o Banco BPI, o Millennium BCP, o BES, o Banco SantanderTotta, a Caixa Geral de Depósitos, o Montepio Geral e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. A SPGM coube, além da coordenação das operações de aumentos de capital, a aquisição de acções conducentes a assegurar à sociedade uma posição accionista em cada SGM de, pelo menos, 10%, de acordo com decisões estratégicas tomadas oportunamente. Esta posição está já conseguida em alguns casos, estando em curso as operações sobre títulos necessárias noutros.

No que se refere à participação em actividades internacionais, a SPGM pôde estar presente em três tipos de iniciativas: organizadas e levadas a cabo pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI), da responsabilidade da Associação Europeia de Cauçionamento Mútuo (AECM), e, finalmente, da Regar — Rede Ibero-Americana de Garantias.

Assim, a SPGM foi convidada a estar presente numa conferência organizada no Luxemburgo pelo FEI, onde apresentou uma comunicação sobre o desenvolvimento e funcionamento do Sistema de Garantia Mútuo em Portugal.

No seguimento da aprovação, no ano anterior, da candidatura apresentada pela SPGM, em nome do Fundo de Contragarantia Mútuo, para beneficiar dos apoios do FEI no âmbito do MAP Loan Guarantee Programme, da Comissão Europeia, e gerido pelo FEI, este convidou veio, e uma vez mais, confirmar a notoriedade que o Sistema português tem em diversos fóruns internacionais. Importa sublinhar que o contrato assinado com o FEI e que se encontra em vigor poderá vir a terminar antes da data de fim prevista (Dezembro de 2006), atendendo ao bom desempenho que os negócios da garantia mútua portuguesa têm registado e que poderão vir a conduzir ao alcançar de metas quantitativas mais cedo. De acordo com esse contrato, a cobertura do FEI poderá dirigir-se a garantias com um valor global de 77,3 milhões de euros emitidas pelas sociedades de garantia mútua (contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 75%, e, por último, beneficiando de uma garantia FEI de 50% ao abrigo do Programa Plurianual da União Europeia para as Empresas e Empreendedores em particular para as Pequenas e Médias Empresas [(PME) (2001-2005)]).

No seio da AECM, a SPGM viu reconhecido o seu historial de sociedade pioneira da garantia mútua em Portugal, o que se concretizou pela sua eleição como vice-presidente desta importante associação internacional para o corrente triénio, em assembleia geral realizada em Maio último.

Por outro lado, tem sido relevante o papel da SPGM no projecto europeu da iniciativa da Direcção Empresa da Comissão Europeia, visando o reforço das competências das entidades ligadas aos sistemas de garantia de 11 países europeus.

Concretamente, ficou a SPGM responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos relativos à Letónia e República Checa, relativamente

aos quais apresentou relatório intensivo focando o estado actual de funcionamento dos sistemas de apoio às micro e pequenas e médias empresas locais e, muito especificamente, os seus sistemas de garantia e suas relações com o sector financeiro em geral. Em todos estes países, bem como noutros em que a SPGM se fez representar como oradora em conferências diversas onde apresentou a evolução do Sistema de Garantia em Portugal, o interesse pelo Sistema português foi sempre elevado, tendo, em diversas situações, originado manifestações de desejo de acompanhamento mais próximo.

Por isso mesmo, na actual fase deste projecto europeu, liderado, conjuntamente, pela AECM, SPGM e pela AWS — Austria Wirtschaftsservice, representantes portugueses, quer em representação da sociedade, quer convidados a título individual, como *experts*, estão presentes não só nos países referidos anteriormente como noutros mais, designadamente a Lituânia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Polónia, a Turquia e a Roménia.

No que concerne à REGAR, a SPGM pôde participar nos eventos levados a cabo por esta organização, da qual é membro fundador, nomeadamente no seu encontro anual que decorreu em Valladolid, e no qual participaram delegações de um elevado número de países sul-americanos, além de Portugal e da Espanha. Neste encontro, a SPGM, além de apresentar o estado da arte do seu Sistema de Garantia, pôde ainda estabelecer diversos contactos com representantes desses outros países, com os quais tem vindo a manter iniciativas de cooperação recíproca, como é o caso, nomeadamente, do Brasil.

Apesar de se tratar de uma actividade tendencialmente menos importante à medida que o tempo passa, a SPGM tem continuado a prestar muita atenção ao acompanhamento da sua carteira de garantias vivas. Particularmente, continuou a ser prestada especial atenção às hipóteses eventualmente existentes de renegociação de dívida e de reestruturação de operações de financiamento garantidas pela SPGM. O acompanhamento da carteira não evitou, porém, a execução de garantias pelos seus beneficiários no valor total de quase 4,7 milhões de euros, dos quais 2,6 milhões de euros no âmbito do portfólio IMIT, medida especial do que proporciona uma contragarantia integral pelo Fundo de Contragarantia Mútuo. Os valores de garantias pagos em 2005 registam, no entanto, uma redução de, aproximadamente, 2 milhões de euros face ao ano anterior, sugerindo a ocorrência de uma evolução favorável na própria conjuntura económica em que operam muitas das empresas mutualistas, mas são também resultado do trabalho de acompanhamento referido antes. A função de acompanhamento tem sido orientada, sobretudo, numa perspectiva de minimização da incidência das perdas na carteira viva de garantias ainda existente, quer imediatamente na SPGM, enquanto sociedade garante, quer, posteriormente, no Fundo de Contragarantia Mútuo.

Análise económica e financeira

O exercício de 2005 registou um aumento de 84,4% no resultado antes de impostos, o qual totalizou 359,8 mil euros, representando 7,7% do valor total de proveitos apurados. O imposto sobre lucros estimado ascende a 3,4 mil euros, valor diminuto decorrente do facto de o valor de proveitos incluir cerca de 1,75 milhões de euros de reposição e anulação de provisões, não sujeitas à incidência de IRC (à semelhança da sua não consideração como custo fiscal no momento da sua constituição).

Resultado	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem (a)	Euros	Porcentagem (a)	Euros	T. c. a. (percent.)
Total de proveitos	3 816 713,00	100,0	4 689 050,80	100,0	872 337,80	22,9
Total de custos	3 621 559,81	94,9	4 329 269,33	92,3	707 709,52	19,5
Resultado antes de impostos	195 153,19	5,1	359 781,47	7,7	164 628,28	84,4
Impostos sobre lucros	79 449,93	2,1	3 430,63	0,1	- 76 019,30	- 95,7
Resultado do exercício	115 703,26	3,0	356 350,84	7,6	240 647,58	208,0

(a) Percentagem do total de proveitos.

Nota. — t.c.a.: taxa de crescimento anual.

Em 2005, os proveitos totais da SPGM foram de, aproximadamente, 4,7 milhões de euros, reflectindo uma subida face ao ano anterior de 872,3 mil euros. Esta variação positiva decorre, numa primeira análise, do aumento do valor das provisões repostas e anuladas, referido anteriormente, consequência directa da diminuição gradual da carteira de garantias vivas da sociedade e do tratamento das provisões económicas. O acréscimo de proveitos é, ainda, explicado pelo aumento da base de incidência na determinação das comissões cobradas pela gestão do Fundo

de Contragarantia Mútuo, resultante quer do reforço dos capitais do Fundo pelos seus dotadores, quer da alteração decidida quanto à forma de determinação da comissão. Finalmente, o aumento dos proveitos inclui também, e com carácter de excepcionalidade, a realização de mais-valias na alienação de dois imóveis onde se encontravam a funcionar as sociedades de garantia mútua desde o momento da sua constituição a partir da cisão da SPGM.

Proveitos	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	T. c. a. (percent.)
Juros e proveitos equiparados	1 070 802,16	28,1	832 796,31	17,8	– 238 005,85	– 22,2
Por garantias prestadas	758 237,22	19,9	551 746,76	11,8	– 206 490,46	– 27,2
Outros juros	312 564,94	8,2	281 049,55	6,0	– 31 515,39	– 10,1
Comissões	1 522 354,86	39,9	1 742 496,72	37,2	220 141,86	14,5
Reposições e anulações de provisões	1 019 058,87	26,7	1 799 842,06	38,4	780 783,19	76,6
Outros proveitos de exploração	191 560,11	5,0	221 618,62	4,7	30 058,51	15,7
Ganhos extraordinários	12 937,00	0,3	92 297,09	2,0	79 360,09	613,4
<i>Total</i>	<i>3 816 713,00</i>	<i>100,0</i>	<i>4 689 050,80</i>	<i>100,0</i>	<i>872 337,80</i>	<i>22,9</i>

Nota. — t.c.a.: taxa de crescimento anual.

A rubrica de outros proveitos de exploração inclui, na sua quase totalidade, o valor cobrado a título de prestação de serviços às sociedades de garantia mútua, reflexo da assunção pela SPGM de um leque muito diversificado de tarefas e procedimentos enquanto plataforma de serviços partilhados de todo o Sistema de Garantia Mútua português. Nesta rubrica estão, igualmente, incluídos os proveitos relativos à execução de trabalhos necessários à constituição da Agrogarante, no âmbito do Programa Agro, bem como os proveitos relativos à participação da SPGM num projecto da Comissão Europeia visando a melhoria dos sistemas de garantia num alargado número de países europeus.

Ao longo do exercício de 2005 continuou a verificar-se a tendência de redução dos proveitos relativos às comissões de garantias prestadas, consequência directa da gradual diminuição da carteira de garantias da SPGM, em continuada situação de *phasing-out*. Os proveitos obtidos pela prestação de garantias atingiram, em 2005, o valor de 551,7 mil euros.

A diminuição das taxas de juro médias praticadas no mercado reflecte-se, também, na evolução registada na rubrica de juros obtidos, situação que parece estar a ser revertida com a subida, ainda que ténue, das taxas de juro verificada em finais do ano de 2005 e início do ano de 2006.

Garantias	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	T. c. a. (percent.)
PEDIP II	25 335 300	46,9	20 571 424	56,2	– 4 763 876	– 18,8
PEDIP II FEI 50%	2 913 765	5,4	1 663 395	4,5	– 1 250 370	– 42,9
PEDIP II FEI 75%	8 809 457	16,3	5 258 155	14,4	– 3 551 302	– 40,3
IFT	2 816 149	5,2	1 916 970	5,2	– 899 179	– 31,9
IFT FEI 75%	691 301	1,3	604 212	1,7	– 87 088	– 12,6
IMIT	13 409 351	24,8	6 560 921	17,9	– 6 848 429	– 51,1
<i>Total</i>	<i>53 975 322</i>	<i>100,0</i>	<i>36 575 078</i>	<i>100,0</i>	<i>– 17 400 244</i>	<i>– 32,2</i>

Nota. — t.c.a.: taxa de crescimento anual.

A análise da evolução da carteira de garantias vivas da SPGM, reflectida no quadro anterior, permite constatar a rápida redução dos valores de responsabilidades vigentes. No final de 2005, este valor ascendia a apenas 36,6 milhões de euros, sendo maioritariamente constituído por garantias emitidas ao abrigo dos fundos canalizados para o sistema no âmbito do PEDIP II. A diminuição de 17,4 milhões de euros inclui, no entanto, reduções relativas a execução de garantias no valor total de 4,68 milhões de euros (IMIT — 2,64 milhões de euros, valor integralmente coberto por contragarantia e PEDIP II — 2,04 milhões de euros, com contragarantia média de 64,6%).

O valor total dos custos suportados aumentou em 2005 cerca de 707,7 mil euros.

Para o que contribuiu, por um lado, o acréscimo ocorrido na rubrica de provisões do exercício — que continua, ainda, a ser a principal componente dos custos, sobretudo devido à constituição de provisões integrais para cobertura dos valores pagos a título de execução de garantias (após consideração dos valores recebidos pela contragarantia).

Do total das provisões constituídas no exercício, cerca de 1,3 milhões de euros não são aceites fiscalmente.

Garantias	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem (a)	Euros	Porcentagem (a)	Euros	T. c. a. (percent.)
Juros e custos equiparados	59 625,39	1,6	59 756,32	1,3	130,93	–
Comissões	98 500,13	2,6	63 002,13	1,3	– 35 498,00	– 36,0
Gastos gerais administrativos	1 426 398,20	37,4	1 498 397,71	32,0	71 999,51	5,0
Custos com pessoal	692 605,86	18,1	757 000,31	16,1	64 394,45	9,3
Outros gastos administrativos	733 792,34	19,2	741 397,40	15,8	7 605,06	1,0
Amortizações do exercício	170 818,08	4,5	134 616,41	2,9	– 36 201,67	– 21,2

Garantias	2004		2005		Variação	
	Euros	Porcentagem (a)	Euros	Porcentagem (a)	Euros	T. c. a. (percent.)
Outros custos de exploração (b)	18 530,63	0,5	47 735,29	1,0	29 204,66	157,6
Provisões do exercício	1 822 115,04	47,7	2 512 383,44	53,6	690 268,40	37,9
Perdas extraordinárias	25 572,34	0,7	13 378,03	0,3	- 12 194,31	- 47,7
<i>Total de custos antes de impostos</i>	<i>3 621 559,81</i>	<i>94,9</i>	<i>4 329 269,33</i>	<i>92,3</i>	<i>707 709,52</i>	<i>19,5</i>

(a) Percentagem do total de proveitos.

(b) Inclui impostos (não sobre os lucros).

Nota. — t.c.a.: taxa de crescimento anual;

A evolução dos custos reflecte, ainda, o maior nível de gastos gerais administrativos suportado (72 000 euros), consequência do aumento da escala de funcionamento das actividades levadas a cabo pela sociedade, e cerca de 29 000 euros de aumento da rubrica de outros custos de exploração (em consequência do tratamento do imposto sobre o valor acrescentado em *pro rata*).

As reduções de custos registadas reflectem, quanto a 36 000 euros em amortizações do exercício, não só a obsolescência contabilística de alguns bens do imobilizado, como também a alienação de dois imóveis a favor de duas sociedades de garantia mútua, e, quanto a 35,5 mil euros em comissões pagas, a diminuição da carteira viva e, portanto, o menor valor da comissão de contragarantia paga ao Fundo.

Em 31 de Dezembro de 2005, o activo líquido ascendia a 11,6 milhões de euros, superior em cerca de 105 mil euros ao valor do ano anterior.

É de destacar, quanto à decomposição dos valores incluídos no activo, o incremento em cerca de 1,2 milhões de euros das participações detidas nas três sociedades de garantia mútua, concretizado aquando do aumento de capital por estas efectuado em Junho de 2005, e que reflecte as linhas estratégicas oportunamente definidas quanto à SPGM deter participações de capital mínimas em cada uma das sociedades de garantia mútua. A já referida alienação de dois imóveis reflecte-se, por sua vez, na diminuição da conta de imobilizado em cerca de 1,04 milhões de euros.

Com um valor de capitais próprios de 9,4 milhões de euros, a autonomia financeira da SPGM era, em 31 de Dezembro, de 80,7%.

Refira-se, finalmente, que a sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à segurança social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas entidades.

Perspectivas futuras

O ano de 2006 tenderá a marcar o início da fase em que o Sistema de Garantia Mútua português atinge um volume de actividade já comparável com aqueles sistemas de países bem mais maduros. Para isso tem contribuído o eficaz desenvolvimento dos negócios das actuais três sociedades de garantia mútua, às quais se deverá vir a juntar, ainda em 2006, a Agrogarante.

A entrada em funcionamento de uma rede de agências das sociedades de garantia mútua ao longo do território nacional tem, sem dúvida, permitido que as mesmas atinjam um universo sempre crescente de micro e pequenas e médias empresas, permitindo a obtenção de taxas de crescimento do negócio apreciáveis.

Nesta altura, o Sistema dispõe já de escritórios, além das cidades onde se encontram sedeadas as várias Sociedades — Porto, Lisboa e Santarém — também em Braga, Aveiro, Leiria e Faro.

Do ponto de vista da SPGM, pelas nossas diversas funções no seio do sistema, tudo continuaremos a fazer para maximizar os efeitos positivos do desenvolvimento da garantia mútua.

O seu papel de sociedade (quase) *holding* do Sistema de Garantia Mútua português continuará a constituir um dos aspectos fundamentais das linhas de actuação da SPGM em 2006. A SPGM continuará a empenhar-se no sentido da obtenção de níveis elevados de eficiência em todas as actividades desenvolvidas internamente mas também pelas próprias sociedades de garantia mútua, sempre que os temas em questão o permitam, nomeadamente caindo na esfera de competência do seu centro de serviços partilhados.

Tal como até agora, continuará a ser prestada especial atenção e dedicação às iniciativas que contribuam no sentido da dinamização da garantia mútua.

Atendendo à consolidação que se tem constatado no que se refere ao reconhecimento deste mecanismo de apoio às micro e PME no

seio dos sectores historicamente cobertos pela actividade, tudo leva a crer que o corrente ano de 2006 assistirá a uma reorientação das acções no sentido do apoio doutros sectores de actividade como o agro-florestal e o das micro-empresas em geral. Será, por isso, prestado todo o suporte possível às iniciativas que se perspectivem neste sentido, nomeadamente fomentando a realização e participando em diversos tipos de eventos, como seminários, fóruns, *workshops*, etc., em que se aborde e divulgue o tema da garantia mútua.

Em termos de centro de serviços partilhados de todo o Sistema de Garantia Mútua, a SPGM está confiante quanto ao seu desempenho ser crescentemente mais eficaz, consequência de todo o investimento que tem sido feito no sentido da criação das condições necessárias para o efeito. Devem, particularmente, ser tidos em consideração os efeitos muito benéficos que têm sido verificados pela implementação do seu manual de procedimentos, elaborado sob a coordenação de uma prestigiada empresa de consultoria multinacional.

A nível internacional, a SPGM continuará a exercer as suas actividades no âmbito da AECM e da Regar, consciente de que é elevado o prestígio do Sistema de Garantia Mútua português num universo alargado de outros países e organismos internacionais. A dedicação ao projecto europeu de que é, em conjunto com a própria AECM e com os seus colegas austríacos, um dos elementos chave continuará a ser uma das prioridades internacionais de actuação em 2006.

O acompanhamento da sua carteira de garantias, apesar da sua trajectória descendente, exigirá também uma dedicação muito atenta e, sempre que possível, antecipando e evitando situações de eventuais perdas mais desfavoráveis, induzidas pela situação económica e financeira que tem marcado a vida de muitas empresas em Portugal e noutros países.

Esperamos, em síntese, que o exercício de 2006 venha a permitir a consolidação de todo o Sistema de Garantia Mútua nacional, alargando-o para sectores de actividade até agora cobertos de incipiente por este mecanismo de apoio às micro e PME. Esperamos, portanto, que o contributo da SPGM na prossecução deste objectivo seja relevante, através das suas diversas áreas de actuação.

Agradecimentos

O conselho de administração agradece todo o apoio e cooperação que, ao longo do exercício de 2005, lhe foram prestados por todas as entidades e pessoas com quem se relacionou no âmbito dos diversos assuntos que marcaram a vida da sociedade.

Uma palavra especial de reconhecimento é devida aos demais órgãos sociais por toda a colaboração com que sempre têm desenvolvido as suas actividades em prol dos interesses da sociedade. De igual modo, foi para nós muito importante termos tido a possibilidade de contar com a melhor cooperação dos accionistas da sociedade, particularmente no que respeita à definição das principais linhas estratégicas da sociedade, o que tem permitido criar as condições necessárias à solidificação do Sistema de Garantia Mútua.

As sociedades de garantia mútua, com as quais mantemos uma ligação privilegiada, baseada em factores históricos conhecidos e na prestação de diversos serviços não operacionais às mesmas sociedades, agradecemos toda a colaboração recebida.

Finalmente, dirigimos uma palavra de consideração e apreço à equipa da SPGM, sem a qual nem a sociedade nem o próprio Sistema teriam atingido os níveis de sucesso verificados na prossecução dos objectivos definidos ao longo dos anos.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os estatutos da sociedade, o conselho de administração propõe que a assembleia geral aprove a seguinte apli-

cação do resultado apurado no exercício de 2005, no valor de 356 350,84 euros:

Para reserva legal — 35 636,00 euros;
Para resultados transitados — 320 714,84 euros.

Porto, 15 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração:
José António Ferreira de Barros, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Não existe qualquer participação no capital social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Em 31 de Dezembro de 2005, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no capital social da sociedade era a seguinte:

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI — 59,04%;

Instituto de Turismo de Portugal — ITP — 12,12%.

Porto, 15 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração:
José António Ferreira de Barros, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
				(Em euros)
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	1 331,34	—	1 331,34	1 327,00
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito ...	135 259,27	—	135 259,27	182 452,47
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	4 700 000,00	—	4 700 000,00	4 559 103,12
4 — Créditos sobre clientes	4 025 448,88	4 018 280,14	7 168,74	37 638,87
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — emissores públicos	1 451 354,13	—	1 451 354,13	1 509 437,25
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	89 650,00	—	89 650,00	48 710,00
7 — Participações	1 604 940,00	—	1 604 940,00	411 280,00
8 — Partes do capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	27 546,32	27 053,96	492,36	556,13
10 — Imobilizações corpóreas	1 463 414,75	756 810,46	706 604,29	1 837 426,01
(Dos quais imóveis de serviço próprio)	(666 341,78)	(125 677,65)	(540 664,13)	(711 950,65)
11 — Capital subscrito e não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	2 389 452,83	—	2 389 452,83	2 176 586,31
15 — Contas de regularização	563 641,56	—	563 641,56	780 419,13
16 — Prejuízos do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<i>16 452 039,08</i>	<i>4 802 144,56</i>	<i>11 649 894,52</i>	<i>11 544 936,29</i>

PASSIVO

	2005	2004
	1 — Débitos para com instituições de crédito:	
a) À vista	—	—
b) A prazo ou com pré-aviso	—	—
2 — Débitos para com clientes:		
a) À vista	—	—
b) A prazo	—	—
3 — Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	415 973,76	568 542,06

	2005	2004
5 — Contas de regularização	316 433,57	388 407,71
6 — Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	1 521 397,72	1 548 247,89
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	7 500 000,00	7 500 000,00
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	947 114,40	935 543,40
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	592 624,23	488 491,97
14 — Lucros do exercício	356 350,84	115 703,26
<i>Total do passivo</i>	<i>11 649 894,52</i>	<i>11 544 936,29</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2005	2004
1 — Passivos eventuais:		
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeito redescontados	36 575 077,63	53 975 321,75
Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos:		
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	1 941 380,00	2 020 980,00

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	59 756,32	59 625,39
2 — Comissões	63 002,13	98 500,13
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	1 498 397,71	1 426 398,20
a) Custos com pessoal	757 000,31	692 605,86
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(630 413,22)	(582 737,59)
(— encargos sociais)	(126 587,09)	(109 868,27)
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
b) Outros gastos administrativos	741 397,40	733 792,34
5 — Amortizações do exercício	134 616,41	170 818,08
6 — Outros custos de exploração	12 515,38	12 402,26
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	2 512 383,44	1 822 115,04
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	(316 082,32)	(213 916,90)
11 — Perdas extraordinárias	13 378,03	25 572,34
13 — Impostos sobre lucros	3 430,63	79 449,93
14 — Outros impostos	35 219,91	6 128,37
15 — Lucro do exercício	356 350,84	115 703,26
<i>Total</i>	<i>4 689 050,80</i>	<i>3 816 713,00</i>

PROVEITOS

	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	832 796,31	1 070 802,16
(— de títulos de rendimento fixo)	(137 419,44)	(137 419,44)
2 — Rendimentos de títulos	—	—
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável	—	—
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	1 742 496,72	1 522 354,86
4 — Lucros em operações financeiras	—	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativos a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	1 799 842,06	1 019 058,87
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	221 618,62	191 560,11
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	92 297,09	12 937,00
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	<u>4 689 050,80</u>	<u>3 816 713,00</u>

O Conselho de Administração: José António Ferreira de Barros, presidente — José Fernando Ramos de Figueiredo — Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda. — O Técnico Oficial de Contas, António Carlos Gonçalves Lopes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em euros)

Introdução:

As notas n.ºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 15 a 22, 24, 26, 29, 30, 33, 36 a 38, 40, 42 a 44, 46 a 49 e 51 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

A SPGM passou, a partir de Janeiro de 2005, a efectuar a dedução do IVA por uma percentagem estimada (*pro rata*) de 58%.

Esta percentagem é provisoriamente calculada em cada exercício pelos valores referentes ao ano anterior. No final do ano, com base em valores reais, foi determinado o valor do *pro rata* definitivo (68%), o que levou a um aumento do IVA passível de dedução perante o Estado.

3 — Critérios de avaliação:

I — *Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II — Operações em títulos:

Títulos de investimento:

Definidos como sendo adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, mas cujo interesse na sua manutenção não esteja associado à actividade da sociedade, são valorizados, consoante a sua natureza, como segue:

1) Rendimento variável — os títulos de rendimento variável são mantidos ao custo de aquisição, ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor;

2) Rendimento fixo — são valorizados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal.

III — *Provisões para menos-valias em títulos e outras aplicações.* — As menos-valias potenciais apuradas quando o valor de mercado dos títulos e outras aplicações é inferior ao valor contabilístico são integralmente provisionadas.

IV — *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo adquirido desde a constituição da sociedade está valorizado ao custo de

aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

V — Provisões para riscos de crédito:

São constituídos três tipos de provisão:

a) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes e calculada:

i) Em relação às garantias accionadas, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos (constituída por duodécimos na parte que excede a percentagem prevista no n.º 2 do artigo 3.º do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal);

ii) Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

b) Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do aviso do Banco de Portugal, apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;

c) Uma provisão para outros riscos e encargos destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

Encontra-se ainda relevada nesta rubrica uma provisão referente a uma liquidação adicional de IRC relativa ao ano de 2000, em processo de impugnação judicial, e que concedeu já à sociedade o acordo, parcial, às suas pretensões.

VI — *Estimativa para impostos sobre lucros.* — Os impostos correntes são provisionados de acordo com a legislação aplicável.

As diferenças que existem entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para a tributação em IRC respeitam sobretudo, às correcções fiscais resultantes da legislação em vigor.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

No decurso do exercício de 2005 não se venceram quaisquer obrigações ou outros títulos de rendimento fixo.

10 — Inventário de títulos e de imobilizações financeiras:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor do balanço
A) Títulos de negociação:					
Títulos próprios:					
De rendimento fixo:					
A curto prazo	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	—
De rendimento variável:					
Acções	93 820	1,00	0,9556	—	89 650,00
Títulos de participação	—	—	—	—	—
Outros títulos	—	—	—	—	—
B) Títulos de investimento:					
De rendimento fixo — de emissores públicos:					
De dívida pública portuguesa:					
A curto prazo	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	—
Obrigações Tesouro — Fevereiro/2006	29 000	49,88	50,0470	50,304	1 451 354,13
D) Imobilizações financeiras:					
Participações:					
Em instituições de crédito no País	1 607 720	1,00	0,9983	—	1 604 940,00
Garval — Sociedade de Garantia Mútua, S. A.	(593 796)	(1,00)	(1,0000)	—	(593 796,00)
Lisgarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A.	(383 729)	(1,00)	(0,9964)	—	(382 339,00)
Norgarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A.	(630 195)	(1,00)	(0,9978)	—	(628 805,00)
<i>Total</i>	1 730 540				3 145 944,13

As acções próprias em carteira foram adquiridas no âmbito dos acordos de recompra estabelecidos com as empresas mutualistas e ou em processos especiais de falência e recuperação de empresas anteriormente mutualistas. As imobilizações financeiras detidas referem-se às participações nas sociedades de Garantia Mútua (Norgarante — 628,8 mil euros, Lisgarante — 382,3 mil euros e Garval — 593,8 mil euros).

O acréscimo verificado na rubrica de participações é explicado pelo acompanhamento do aumento de capital das sociedades de garantia mútua efectuado pela SPGM em Junho de 2005.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortiz. do exerc.	Alienações (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
Imobilizações financeiras:									
Participações	411 280,00	—	1 193 660,00	—	—	—	—	—	1 604 940,00
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estabelecimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras	27 546,32	26 990,19	—	—	—	63,77	—	—	492,36
	<u>27 546,32</u>	<u>26 990,19</u>	—	—	—	<u>63,77</u>	—	—	<u>492,36</u>
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	838 534,97	126 584,32	1 818,92	—	—	10 613,01	—	—	—
Outros imóveis	937 208,28	51 147,32	—	—	162 492,43	7 457,31	1 041 096,08	—	540 664,13
Equipamento	678 285,82	497 402,22	42 190,67	—	—	96 767,70	—	—	126 306,57
Imobilizações locação financeira	78 041,07	19 510,27	817,41	—	—	19 714,62	—	—	39 633,59
	<u>2 532 070,14</u>	<u>694 644,13</u>	<u>44 827,00</u>	—	—	<u>134 552,64</u>	<u>1 041 096,08</u>	—	<u>706 604,29</u>
<i>Total</i>	<u>2 970 896,46</u>	<u>721 634,32</u>	<u>1 238 487,00</u>	—	—	<u>134 616,41</u>	<u>1 041 096,08</u>	—	<u>2 312 036,65</u>

Registaram-se neste exercício abates de imobilizado corpóreo — equipamentos totalmente amortizados. A variação verificada nas imobilizações corpóreas — outros imóveis — reflecte a venda das instalações à Lisgarante e à Norgarante. O valor apresentado é líquido de amortizações até à data de venda. Destas alienações resultaram mais-valias contabilísticas no montante de 85,1 mil euros, relevadas em proveitos extraordinários.

14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes:

É o seguinte o escalonamento por prazos de vencimento destes créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo:

	Outros créditos sobre instituições de crédito		Créditos sobre clientes	
	2005	2004	2005	2004
Prazos:				
Até três meses	4 500 000,00	4 559 103,12	32 133,30	302 992,67
De três meses a um ano	200 000,00	—	653 031,99	752 283,43
De um a cinco anos	—	—	3 340 283,59	2 261 251,36
Mais de cinco anos	—	—	—	—
Duração indeterminada	—	—	—	—
	<u>4 700 000,00</u>	<u>4 559 103,12</u>	<u>4 025 448,88</u>	<u>3 316 527,46</u>

(a) Releva os montantes das aplicações constituídas pela SPGM em depósitos a prazo.

(b) Corresponde às dívidas de clientes resultantes da execução de garantias e da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo.

23 — Compromissos assumidos:

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1.º grau, sem quaisquer outras garantias reais oferecidas. Os outros passivos eventuais referem-se a compromissos irreversíveis de compra de acções próprias.

	2005	2004
Passivos eventuais:		
Garantias e avais	36 575 077,63	53 975 321,75
Outros passivos eventuais	—	—
Compromissos:		
Revogáveis	—	—
Irrevogáveis	1 941 380,00	2 020 980,00
	<u>38 516 457,63</u>	<u>55 996 301,75</u>

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avales, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 23 033 591,15 euros [dos quais 5 228 472,63 euros se encontram contragarantidos pelo FEI ao abrigo do Programa Plurianual da União Europeia para as empresas e empreendedores, em particular para as pequenas e médias empresas (PME) (2001-2005)]. Consequentemente, o valor de risco líquido decorrente das garantias e avales prestados pela sociedade ascende a 13 541 486,48 euros.

25 — Movimento das provisões:

	Saldo em 31 de Dez. de 2004	Reforços	Utili- zações	Anulações/ reposições	Saldo final em 31 de Dez. de 2005
Credito cobrança duvidosa:					
Outros créditos	<u>3 278 888,59</u>	<u>1 460 661,74</u>	—	<u>721 270,19</u>	<u>4 018 280,14</u>
Depreciação de títulos:					
Investimento	—	—	—	—	—
Outras aplicações:					
Imóveis	—	—	—	—	—
Títulos	—	—	—	—	—
Riscos gerais de crédito:					
Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal	179 077,94	680,63	—	44 343,71	135 414,86
Outros	19 411,69	23 604,24	—	20 374,36	22 641,57
	<u>198 489,63</u>	<u>24 284,87</u>	—	<u>64 718,07</u>	<u>158 056,43</u>
Para outros riscos e encargos	—	—	—	—	—
Provisões económicas	1 288 462,69	1 027 436,83	—	1 013 853,80	1 302 045,72
Para outros riscos e encargos	61 295,57	—	—	—	61 295,57
	<u>1 349 758,26</u>	<u>1 027 436,83</u>	—	<u>1 013 853,80</u>	<u>1 363 341,29</u>
	<u>4 827 136,48</u>	<u>2 512 383,44</u>	—	<u>1 799 842,06</u>	<u>5 539 677,86</u>

As provisões para outros riscos e encargos referem-se a uma liquidação adicional de IRC relativa ao ano de 2000. Apesar de ter sido paga pela sociedade, nem o conselho de administração, nem o conselho fiscal e o auditor externo estiveram de acordo com esta liquidação, o que originou a apresentação atempada de impugnação judicial, que se encontra ainda por decidir. Esta verba era inicialmente de 150 397 euros tendo sido já reembolsado à sociedade, em 2004, por iniciativa da administração fiscal, o montante de 89 101 euros, referente a uma aceitação parcial da impugnação judicial apresentada, com a consequente anulação/reposição da provisão respectiva.

Foram consideradas, neste exercício, provisões económicas acumuladas no montante total de 1 302 045,72 euros, apresentadas no mapa acima como «Para outros riscos e encargos».

Apesar das provisões económicas serem contabilizadas globalmente, a afectação do saldo global tem em conta, como já mencionado, o resultado do somatório dos riscos económicos imputados a cada garantia viva à data de 31 de Dezembro de 2005, após a análise cruzada de um conjunto de critérios específicos definidos, a saber: o tipo de contragarantia do FCGM; as contragarantias prestadas pelo cliente à SPGM; o tipo de operação; a existência de valores em dívida à SPGM, de pedidos de reestruturação da operação ou de valores executados. Foram igualmente tomadas em consideração a evolução económica da empresa garantida e do sector de actividade no qual a empresa se insere.

27 — Contas diversas:

	2005	2004
Activo:		
Proveitos a receber	129 396,66	144 389,63
Despesas com custo diferido	372 566,50	574 233,92
Outras	61 678,40	61 795,58
	<u>563 641,56</u>	<u>780 419,13</u>
Passivo:		
Custos a pagar	110 303,06	129 411,33
Receitas com proveito diferido	141 670,72	205 255,92
Outras	64 459,79	53 740,46
	<u>316 433,57</u>	<u>388 407,71</u>

A conta de proveitos a receber refere-se na totalidade a juros de depósitos à ordem e de aplicações financeiras. A conta despesas com custo a diferir engloba 370 000 euros de despesas relacionadas com campanha publicitária da garantia mútua a diferir pelos anos de 2006 e 2007 bem como cerca de 2,3 mil euros referente ao diferimento de seguros. As outras contas de regularização activas englobam uma liquidação adicional de IRC relativa ao ano de 2000 (no valor de 61 295,57). Este processo originou, como já referido na nota anterior, a apresentação de impugnação judicial, que se encontra ainda por decidir em parte, pelo que o valor em causa está reflectido no activo e a provisão respectiva em outros riscos e encargos.

As contas de regularização passivas são constituídas por custos a pagar (essencialmente estimativa de férias e subsídio de férias), receitas com custos diferidos (integralmente referentes ao diferimento das comissões de garantias) e outras contas de regularização passivas (englobam 48 mil euros referentes ao reembolso a efectuar ao FCGM do montante resultante do processo de execução de penhores de acções que cobriam parte do risco em operações de garantia — e respectiva contragarantia).

28 — Títulos de investimento e negociação:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	2005	2004
Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	4 840,23	62 923,00
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	—	—

Os valores mencionados no quadro acima dizem respeito à amortização do prémio das OTs adquiridas em Agosto de 1999 com vencimento em Fevereiro de 2006 e pagamento de cupão anual.

b) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de investimento cotados na Bolsa e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado:

	2005	2004
Valor de mercado desses títulos	1 458 809,27	1 562 236,00
Valor contabilizado dos títulos de investimento cotados	1 451 354,13	1 509 437,00
Diferença	7 455,14	52 799,00

c) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação cotados na Bolsa e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição:

	2005	2004
Valor contabilizado dos títulos de negociação a preços de mercado	—	—
Custo de aquisição	—	—
Diferença	—	—

31 — Outros activos e passivos:

As contas de outros activos e outros passivos englobam os seguintes saldos:

	2005	2004
Outros activos:		
IRC a receber	64 685,79	151 136,63
Devedores e outras aplicações	2 324 767,04	2 025 449,68
	<u>2 389 452,83</u>	<u>2 176 586,31</u>
Outros passivos:		
Credores diversos	52 367,35	232 836,01
Outras exigibilidades:		
IRC	—	—
Diversos	363 606,41	335 706,05
	<u>415 973,76</u>	<u>568 542,06</u>

A rubrica de devedores e outras aplicações inclui 2 048 000 euros referente à comissão de gestão do FCGM deduzida da comissão de contragarantia do mesmo. Este valor foi especializado por duodécimos mas apenas facturado no final do exercício e recebido no início do ano de 2006.

Por seu turno, a rubrica de credores diversos regista os valores a pagar relativos à aquisição de equipamentos em sistema de *leasing* (cerca de 37,4 mil euros), sendo o remanescente referente a fornecimentos correntes.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento, imposto de selo e segurança social do mês de Dezembro bem como o apuramento do IVA dos últimos dois meses de 2005 (cujo valor ascende a 327,8 mil euros a pagar em Fevereiro de 2006).

32 — Valores administrados pela instituição:

	2005	2004
Valores administrados pela instituição	93 010 604,60	75 909 768,57

Estes valores referem-se aos montantes administrados pela SPGM enquanto sociedade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo. A variação verificada prende-se quer com o reforço de capitais do Fundo pelos seus dotadores, quer com a alteração decidida quanto à forma de determinação da base de cálculo da Comissão de Gestão do Fundo de Contragarantia Mútuo.

34 — Volume de emprego:

Administração — 3;
Quadros directivos e técnicos;
Secretariado e administrativos.

35 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

	2005	2004
Conselho de administração	206 299,41	213 713,22
Conselho fiscal	11 261,00	13 400,65
Assembleia geral	1 350,00	1 195,00
	<u>218 910,41</u>	<u>228 308,87</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

39 — Demonstração dos outros resultados da exploração e dos resultados extraordinários:

	2005	2004
Outros resultados de exploração:		
Custos:		
Quotizações e donativos	12 359,16	12 364,16
Outros	156,22	38,10
	<u>12 515,38</u>	<u>12 402,26</u>
Proveitos:		
Prestação de serviços	134 035,97	78 487,49
Reembolso de despesas	184,16	7,50
Outros	87 398,49	113 065,12
	<u>221 618,62</u>	<u>191 560,11</u>

A rubrica de prestação de serviços refere-se a prestação de serviços administrativos e de contabilidade às sociedades de garantia mútua no âmbito da plataforma de serviços partilhados.

A rubrica de outros proveitos de exploração inclui um valor (cerca de 59 mil euros) referente ao incentivo atribuído e já contratado, mas ainda não recebido, ao abrigo do programa Agro — Medida 6: Engenharia Financeira — Projecto tipo E — Elaboração de estudos de viabilidade de concepção e implementação de SGM, celebrado entre o IFADAP e a SPGM no âmbito da candidatura apresentada pela sociedade para cobertura de parte dos custos com o lançamento da Agrogarante — SGM, nesta altura em processo de constituição.

	2005	2004
Resultados extraordinários:		
Perdas:		
Relativas a exercícios anteriores	13 027,56	20 625,81
Outras	350,47	4 946,53
	<u>13 378,03</u>	<u>25 572,34</u>
Ganhos:		
Relativas a exercícios anteriores	7 170,06	1 937,00
Mais-valias realização valores	85 127,03	—
Outros	—	11 000,00
	<u>92 297,09</u>	<u>12 937,00</u>

As mais-valias registadas em ganhos extraordinários reflectem o reconhecimento da mais-valia contabilística realizada com a venda das instalações à Lisgarante. Esta alienação, assim como a efectuada à Norgarante encontra-se naturalmente reflectida na diminuição do imobilizado da SPGM.

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	2005	2004	2003
Reporte fiscal	—	—	—
Estimativa de impostos	3 430,63	79 449,93	299 233,68
Imposto pago	—	79 449,93	299 233,68

45 — Operações de locação financeira:

	Valor bruto	Reinte-grações	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
Imobilizado regime locação financeira	78 858,48	39 224,89	39 633,59

50 — Informação sobre participações financeiras:

	2005	2004
Participações financeiras:		
Valor nominal	1 607 720,00	411 280,00
Valor de aquisição	1 604 940,00	411 280,00

Outras informações:

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado ou à segurança social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de activo de 11 649 895 euros e um total de passivo, naquele mesmo montante, que inclui 7 500 000 euros de capital subscrito e realizado, bem como 947 114 euros de reservas, 592 624 euros de resultados transitados e lucros do exercício de 356 351 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juroz e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

8 — É também nosso parecer que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Porto, 27 de Fevereiro de 2006. — Santos Carvalho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por António Augusto dos Santos Carvalho, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas:

1 — Em cumprimento das normas legais e estatutárias e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — Ao longo do ano, acompanhámos regularmente o desenvolvimento da actividade da empresa, através da informação contabilística e dos esclarecimentos que nos foram sempre pontualmente prestados, quer pelo conselho de administração quer pelos serviços, havendo efectuado os exames e verificações que entendemos adequados nas circunstâncias para o desempenho das nossas funções.

3 — Acompanhámos também os trabalhos desenvolvidos pela sociedade de revisores oficiais de contas, membro deste conselho, tendo apreciado o seu relatório, o qual fica a fazer parte integrante deste relatório.

4 — Encerrado o exercício, analisámos o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, bem como a certificação legal das contas, com cujo teor concordamos e que se dá aqui como reproduzida.

5 — Tudo devidamente considerado, somos de parecer que merecem a vossa aprovação:

a) O relatório e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2005, apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 1 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: *Daniel Bessa Fernandes Coelho*, presidente — *Sónia Maria Henrique Godinho Pinheiro*, vogal — Santos Carvalho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., vogal, representada por António Augusto dos Santos Carvalho, revisor oficial de contas.

Relatório do auditor independente

1 — *Introdução e responsabilidades.* — Examinámos as demonstrações financeiras da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A. (adiante também designada por SPGM ou empresa), as quais com-

preendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 11 649 895 euros e um resultado líquido de 356 351 euros), a demonstração dos resultados e as correspondentes notas explicativas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data.

É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito.* — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

Porto, 1 de Março de 2006. — O Auditor Independente, *BDO & Associados*. 3000205232

FUNDBOX — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Sede social: Rua Tomás Ribeiro, 111, 1050-228 Lisboa

Relatório e contas de 2005

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Dr. João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa.

Vice-presidente: Dr.ª Ana Paula Marques Ucha.

Secretário: Dr. Alexandre Gonçalo Oliveira Perdigão.

Conselho de administração:

Presidente: Dr. Carlos de Sottomayor Vaz Antunes.

Vice-presidente e administrador-delegado: Prof. Dr. Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão.

Vogais:

Dr. Luís Manuel Soares Franco.

Dr. James Alistair Preston.

Dr. João Paulo Batista Safara.

Fiscal único: Caiano Pereira, António e José Reimão, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Prof. Dr. José Jorge da Costa Martins Reimão.